

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.153 - SP (2019/0018389-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : NELSON DOS SANTOS
AGRAVANTE : PEDRO SCHINCARIOL
AGRAVANTE : ANTONIO DIAS
AGRAVANTE : FRANCISCO DAS CHAGAS MARQUES
AGRAVANTE : AMERICO FERREIRA
AGRAVANTE : DEBORAH CRISTINA DA SILVA
AGRAVANTE : VICENTE FRANCISCO DE MEIRA
AGRAVANTE : ALIRIO ANDERSON DOS SANTOS
AGRAVANTE : FABIO JUNIOR DA SILVA
AGRAVANTE : PAULO SANTANNA FRANCO
AGRAVANTE : DAILTON MARQUES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ANTONIO MARCOS PEREIRA
AGRAVANTE : ANDERSON MONTAGNINI
AGRAVANTE : ROBERTO FERNANDES
AGRAVANTE : VALERIA APARECIDA SAIE
AGRAVANTE : ANIZIO CUSTÓDIO PEREIRA
AGRAVANTE : JOSE ANTONIO DE ARAUJO NETO
AGRAVANTE : MARCELO AUGUSTO CORREA VICENTE
AGRAVANTE : FLAVIA URBANO ANUNCIACAO
AGRAVANTE : CICERO RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADOS : RAFAEL JONATAN MARCATTO - SP141237
CLELIA CONSUELO BASTIDAS DE PRINCE E OUTRO(S) -
SP163569
GISLENE DE MEDEIROS SOUZA - SP371340
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NATÁLIA PEREIRA COVALE E OUTRO(S) - SP302427

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DIFERENÇAS SALARIAIS. URV. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES POSTERIORES. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Nelson dos Santos e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (fl. 166):

Ação de cobrança de diferenças salariais. Policiais Militares. Revisão segundo as regras de conversão em URV da Lei Federal n. 8.880/94. Reconhecimento da aplicabilidade das normas federais. Absorção e compensação de diferenças com reajustes posteriores. Prescrição quinquenal de parcelas vencidas. Apelação provida em parte.

No especial, os recorrentes alegam que o objeto dos autos se refere à conversão de seus proventos em URV nos exatos termos da Lei n. 8.880/1994. Aduz que é indevida a imposição de limitação temporal ao pagamento das diferenças salariais nos termos dos arts. 22, 23, 28, § 5º, todos da Lei n. 8.880/1994.

Apresentadas contrarrazões às fls. 327/340.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o acórdão ora recorrido observa jurisprudência do STJ.

Sustenta a parte agravante que deve ser conhecido o recurso especial, porque o acórdão *a quo* não observa as teses fixadas pelo STJ no representativo de controvérsia acerca do pagamento de diferenças salariais consequentes da conversão do padrão remuneratório.

Não foi ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão merece acolhida.

Quanto às pretensões atinentes ao recebimento de diferenças salariais suportadas por servidores cujas remunerações foram convertidas sem a observação das diretrizes da Lei n. 8.880/1994, o Superior Tribunal de Justiça já declarou que:

- Somente as parcelas vencidas há mais de cinco anos da demanda são consideradas prescritas, pois a relação jurídica do pagamento remuneratório se renova mensalmente. Nesse sentido: AgInt nos EDcl no REsp 1.653.969/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017; REsp 1.688.234/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 10/10/2017;

- Reajustes posteriores à conversão não compensam as diferenças com a conversão do padrão remuneratório equivocada, pois não possuem a mesma natureza jurídica. Eventual termo final das diferenças remuneratórias ocorre apenas quando a carreira é reestruturada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.058.127/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 29/09/2017;

- As diferenças salariais ocorreram nas remunerações pagas antes do final do mês de referência. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.651.176/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017; REsp 1.664.012/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 16/06/2017;

- A forma de conversão salarial prevista na Lei n. 8.880/1994 deve ser aplicada a remunerações de todos servidores dos entes federativos (União, Estados e Municípios). Nesse sentido: AgInt no RMS 35.674/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017; AgRg no REsp 1529479/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015;

- A observação dos critérios de conversão deve ser realizada inclusive no

cálculo das remunerações e proventos devidos a servidores ingressos no serviço público após a edição da Lei n. 8.880/1994. A propósito: REsp 1682825/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 26/10/2017.

O acórdão *a quo* determina a compensação das diferenças com valores eventualmente recebidos em reajustes posteriores. O termo final para o pagamento declarado pelo Tribunal de origem não se limitou a eventual reestruturação da carreira.

Desse modo, o acórdão *a quo* deve ser reformado para que as diferenças consequentes da conversão do padrão remuneratória não sejam compensadas com reajustes salariais posteriores.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Relator